

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SETOR ENGENHARIA**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
FNHIS SUB 50**

APRESENTAÇÃO

Recebedor: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT

PROGRAMA: Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS SUB 50

PROPOSTA Nº 040115/2025

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO DO CONTRATO: Construção de 20 unidades habitacionais no município de Chapada dos Guimarães – MT

INTRODUÇÃO E OBJETO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação integrada e visa à análise da melhor solução que atendera à necessidade abaixo especificada.

O objeto principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, no que tange às demandas, desta Secretaria no sentido do efetivo cumprimento do objeto: **“Contratação integrada de empresa especializada para elaboração de projetos e execução de obra para a Provisão de Unidades Habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, no município de Chapada dos Guimarães – MT.”**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

- 1.1. O Município de Chapada dos Guimarães – MT possui uma demanda significativa por habitação de interesse social, especialmente voltada às famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade. O déficit

habitacional no município vem se agravando ao longo dos anos, impulsionado pelo turismo, pela carência de políticas habitacionais contínuas e pela elevação nos custos de aquisição da casa própria e de aluguéis, dificultando o acesso da população mais necessitada a uma moradia digna.

- 1.2. Um dos principais problemas enfrentados pelas famílias em situação de vulnerabilidade no município é a precariedade das condições habitacionais, com reflexos diretos na saúde, na segurança e no bem-estar social. Além disso, a ausência de moradia regular compromete o acesso a serviços públicos essenciais, como educação, transporte, assistência social e saneamento básico, gerando uma sobrecarga no sistema urbano e promovendo a expansão de ocupações irregulares em áreas periféricas ou ambientalmente frágeis. Essa realidade contribui para a ampliação das desigualdades sociais e para a desestruturação do espaço urbano.
- 1.3. Dessa forma, ao investir na construção de unidades habitacionais dentro do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, o Poder Público estará não apenas atendendo ao direito constitucional à moradia, mas também promovendo inclusão social, fortalecimento da dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento ordenado da cidade. As unidades habitacionais previstas serão destinadas exclusivamente a famílias que se enquadram nos critérios do programa federal, garantindo equidade no acesso à habitação e estimulando a cidadania ativa por meio da estabilidade residencial.
- 1.4. A implantação dessas obras tem como principal objetivo cumprir o que rege a Constituição Federal do Brasil de 1988, especialmente em seus artigos 6º e 182, assegurando à população o direito social à moradia e a função social da propriedade. Ao garantir uma moradia digna, o município promove o direito de ir e vir, não apenas no sentido da mobilidade física, mas também no sentido mais amplo de acesso a oportunidades, proteção social e desenvolvimento humano.

- 1.5. Além disso, a realização deste empreendimento habitacional representa um marco importante na política pública municipal, funcionando como um instrumento estratégico para conter o crescimento desordenado, evitar a proliferação de assentamentos irregulares e melhorar as condições urbanísticas do território municipal. A execução desse projeto básico e da obra associada trará impactos positivos imediatos e de longo prazo, sendo também um forte estímulo à economia local, especialmente ao setor da construção civil, gerando emprego e renda à população.
- 1.6. Assim, entende-se que a materialização desta proposta de contratação integrada é de suma importância para o município de Chapada dos Guimarães – MT, pois representa não apenas a entrega de habitação, mas também o cumprimento de deveres constitucionais, a promoção da justiça social e a indução ao crescimento urbano sustentável, com reflexos diretos na qualidade de vida dos munícipes.

2. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

- 2.1. A obra é classificada como **complexa**, exigindo a elaboração de anteprojeto, projetos básicos e executivos, complementares, além da execução integral da obra, com todas as suas exigências legais, técnicas, ambientais e administrativas. Por isso, será realizada sob **regime de contratação integrada**, previsto no artigo 46 inc. V, da Lei nº 14.133/2021. A finalidade é entregar moradias completas, seguras e dentro dos padrões normativos estabelecidos pelo PMCMV e pela ABNT, além de fomentar a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável.

3. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

- 3.1. A contratação de empresa especializada para elaboração de projetos e execução da obra de construção de unidades habitacionais no município

de Chapada dos Guimarães – MT fundamenta-se na necessidade premente de atender à crescente demanda por moradia digna e regularizada por parte da população de baixa renda, especialmente em áreas urbanas em situação de vulnerabilidade. A ausência de habitação adequada compromete gravemente a dignidade humana, restringe o acesso a direitos sociais fundamentais e acentua os indicadores de exclusão social e urbana.

- 3.2. Atualmente, o município enfrenta um cenário de déficit habitacional significativo, com inúmeras famílias residindo em áreas de risco, imóveis improvisados ou em situação de coabitação forçada. A contratação proposta possibilitará a construção de novas moradias dentro dos padrões estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, promovendo o reordenamento urbano, a regularização fundiária e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. A iniciativa contribuirá diretamente para a redução da desigualdade social, ao garantir a essas famílias condições mínimas de segurança, salubridade, acessibilidade e infraestrutura.
- 3.3. Ao investir neste empreendimento habitacional, a Administração Municipal reafirma seu compromisso com a promoção da justiça social, com o combate ao déficit habitacional e com o fortalecimento da política pública de habitação. Trata-se de um projeto estruturante que, além de mitigar carências históricas, impulsionará o desenvolvimento socioeconômico local, aquecerá o setor da construção civil e promoverá a inclusão social. A contratação ora proposta será viabilizada com recursos específicos vinculados à política habitacional federal, em consonância com as diretrizes do Governo Federal e do Município de Chapada dos Guimarães – MT, assegurando o uso eficiente dos recursos públicos em benefício direto da população.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no setor da construção civil, com comprovada capacidade técnica e operacional para atuar em regime de contratação integrada, conforme previsto no art. 46 inc. V, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratada deverá estar legalmente constituída, com registro regular junto ao CREA e/ou CAU, e autorizada pelos órgãos competentes para desenvolver, aprovar e executar projetos de engenharia e arquitetura, bem como conduzir obras públicas habitacionais.
- 4.2. O objeto a ser contratado possui escopo previamente definido por anteprojeto elaborado pela Administração, e sua execução obedecerá a um cronograma físico-financeiro específico, a ser apresentado e aprovado em conformidade com os projetos a serem desenvolvidos pela contratada. O escopo envolve a entrega integral de unidades habitacionais conforme os padrões do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, com área construída de 53,86 m² por unidade.
- 4.3. A empresa contratada será responsável, de forma abrangente e integrada, pelas seguintes atividades técnicas e operacionais:
- Elaboração do **Projeto Arquitetônico** das unidades habitacionais, conforme tipologia definida no **PMCMV**;
 - Desenvolvimento dos **Projetos Complementares**, incluindo: estrutural, hidrossanitário, elétrico, telefonia e acessibilidade;
 - Realização do **Estudo Geotécnico** com sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test), conforme ABNT NBR 6484 e correlatas;
 - Elaboração de **Estudo Hidrogeológico**, conforme normas da ABNT (NBR 15495 e NBR 12212);
 - Elaboração do **Memorial Descritivo, Cronograma Físico – Financeiro, Planilha Orçamentária, Curva ABC de Serviços e Memorial de Cálculo**;
 - Obtenção de todas as **aprovações legais** junto aos órgãos municipais e concessionárias, como **Licença Ambiental**;

- **Execução completa da obra**, incluindo fundações, alvenaria, coberturas, instalações e acabamentos;
- Obtenção do **Habite-se, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (CND/INSS) e Averbação da Construção** junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

4.4. Todos os serviços deverão observar integralmente:

- As **Normas Técnicas Brasileiras (ABNT)** aplicáveis à construção civil;
- As diretrizes técnicas e exigências mínimas do **Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50**;
- O código de obras vigente no Município de Chapada dos Guimarães – MT;
- As **Normas Regulamentadoras (NRs)** do Ministério do Trabalho, com ênfase na NR-5 (CIPA) e
- A legislação ambiental aplicável, especialmente no que diz respeito à perfuração de poços e captação de águas pluviais;
- A exigência de emissão de **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** ou **RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)** para cada projeto e serviço executado, vinculando formalmente os profissionais técnicos à contratada.

4.5. A **modalidade licitatória adotada será a Concorrência**. O modelo de contratação integrada adotado visa assegurar maior eficiência, economicidade, redução de riscos técnicos e garantia de soluções adaptadas às condições locais. A forma de execução será compatível com o escopo integral do objeto.

5. QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	“CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA	Serviço	1

	<p>MINHA VIDA – FNHIS SUB-50, CONFORME PROPOSTA Nº 040115/2025 NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.”</p> <p>COM PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETOS COMPLEMENTARES, ESTUDO GEOTÉCNICO, ESTUDO HIDROGEOLÓGICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CURVA ABC DE SERVIÇOS E MEMORIAL DE CÁLCULO, LICENÇA AMBIENTAL E EXECUÇÃO COMPLETA DA OBRA.</p>		
--	--	--	--

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 6.1. Como parte da fase preparatória da contratação, foi realizado levantamento técnico preliminar para análise de viabilidade e identificação da melhor solução para atender ao objeto proposto: construção de unidades habitacionais de interesse social no município de Chapada dos Guimarães – MT, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50. Foram consideradas duas alternativas principais, avaliadas sob os critérios de custo, prazo, responsabilidade técnica, mitigação de riscos e eficiência administrativa.
- 6.2. **Alternativa 1: Contratação convencional com separação entre projeto e obra**

Essa alternativa consiste em realizar a contratação, em fases distintas, da empresa projetista (responsável pelo projeto básico e executivo) e, posteriormente, de empresa distinta para execução da obra.

Análise:

Embora seja uma abordagem tradicional na administração pública, apresenta diversos pontos críticos, como:

- **Risco de incompatibilidade entre projeto e execução:** dificuldades técnicas podem surgir durante a obra por falhas ou omissões no projeto elaborado por terceiros;
- **Maior custo indireto e retrabalho:** adaptações de projeto durante a execução geram aditivos contratuais e atrasos;

- **Fragmentação da responsabilidade técnica:** dificulta a atribuição de responsabilidade por falhas;
- **Aumento no tempo de execução global,** dado que os processos licitatórios ocorreriam em sequência (projetos > análise técnica > obra).

Conclusão: Alternativa descartada, por não garantir a eficiência, economicidade e celeridade requeridas para o atendimento da política habitacional proposta.

6.3. Alternativa 2: Contratação integrada com elaboração e execução pelo mesmo ente.

Essa modalidade prevê a contratação de empresa única, que será responsável tanto pela **elaboração dos projetos básico, executivo e complementares**, quanto pela **execução integral da obra**, em conformidade com o art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

Análise: Essa alternativa representa a **solução mais eficiente e vantajosa** sob diversos aspectos:

- **Integração entre projeto e obra**, garantindo compatibilidade técnica;
- **Centralização da responsabilidade** técnica, jurídica e operacional em único ente;
- **Redução de prazos e de riscos contratuais**, por permitir soluções técnicas integradas e adaptadas às condições locais;
- **Maior controle sobre cronograma físico-financeiro**, possibilitando um fluxo mais ágil de aprovação, execução e entrega;
- **Mitigação de aditivos contratuais**, com base na definição de preço global previamente pactuado.

Conclusão: Alternativa escolhida. Garante eficiência técnica, redução de riscos, agilidade na execução, melhor gestão contratual e atendimento pleno às diretrizes do programa habitacional federal.

6.4. Justificativa Legal da Modalidade e do Regime de Execução

A contratação será realizada pela **modalidade Concorrência**.

6.5. Fundamentação Constitucional e Administrativa

- **Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal:** assegura a obrigatoriedade da licitação, com igualdade de condições entre os participantes;
- **Art. 11, inciso I da Lei nº 14.133/2021:** reforça a obrigação de adoção da modalidade mais compatível com a complexidade e valor do objeto;
- A presente solução assegura **transparência, isonomia, eficiência e economicidade**, princípios basilares da Administração Pública.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O valor estimado da contratação foi obtido a partir da composição dos custos unitários dos serviços envolvidos, considerando as parcelas de materiais, mão de obra, equipamentos e encargos legais. As referências adotadas para precificação seguem os parâmetros atualizados do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, além de composições complementares oriundas do SICRO – Sistema de Custos Rodoviários do DNIT, quando aplicável à natureza dos serviços.
- 7.2. A estimativa de preços leva em conta os quantitativos definidos no anteprojeto, os estudos técnicos preliminares e os memoriais descritivos associados ao objeto. Foram também considerados custos indiretos com sondagem geotécnica (SPT), taxas de licenciamento, responsabilidade técnica, encargos sociais e eventuais despesas com regularização fundiária e cartorária.
- 7.3. O valor estimado para essa contratação é de **R\$ 2.785.319,52** (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), conforme planilha orçamentária preliminar elaborada pela equipe técnica. Os preços utilizados refletem as médias de mercado, respeitando o equilíbrio financeiro e a razoabilidade dos custos, e foram obtidos com base em boletins de referência atualizados do SINAPI, respeitando a regionalização dos preços para o Estado de Mato Grosso.
- 7.4. Na ausência de itens específicos na base SINAPI, foram utilizadas composições próprias justificadas tecnicamente, com memória de cálculo e

coeficientes detalhados. A adoção de tais composições respeita as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta o uso de outras fontes referenciais desde que tecnicamente justificadas e documentadas.

- 7.5. O orçamento detalhado da obra será parte integrante do Projeto Básico, contemplando cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo e planilhas de custo por item e etapa. A documentação será elaborada por equipe técnica devidamente habilitada, assegurando transparência, controle e rastreabilidade dos custos estimados.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 8.1. A contratação destina-se à elaboração dos projetos e à execução integral de obras de construção de unidades habitacionais de interesse social no município de Chapada dos Guimarães – MT, conforme os parâmetros estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50. Os elementos da solução deverão ser definidos pela empresa contratada por meio do desenvolvimento de projeto básico e executivo, devendo prever, inicialmente, os seguintes serviços:

- Elaboração do **anteprojeto e projetos executivos** de engenharia e arquitetura (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, drenagem, acessibilidade e paisagismo);
- Realização de **estudos do solo**, incluindo **sondagem geotécnica (SPT)** e **estudo hidrogeológico**, conforme normas técnicas vigentes da ABNT;
- Obtenção de **todas as licenças, alvarás e autorizações** necessárias para execução da obra junto aos órgãos competentes;
- Execução das obras de **construção das unidades habitacionais**, com toda a infraestrutura necessária, incluindo ligações de água, energia elétrica, esgoto, drenagem pluvial e calçamento;
- Regularização fundiária e **emissão da documentação legal das unidades**, como “**Habite-se**” e averbação da construção no **Cartório de Registro de Imóveis**;

- Elaboração e entrega do **as built** (projeto conforme executado), memorial descritivo final e demais documentos exigidos pelo ente financiador e pela Administração Municipal.
- 8.2. As intervenções deverão observar as diretrizes do programa habitacional federal, respeitando os padrões mínimos de qualidade exigidos pela Caixa Econômica Federal, pelas Normas da ABNT e pelas exigências técnicas do Município de Chapada dos Guimarães – MT. A solução adotada deverá privilegiar práticas construtivas eficientes, sustentáveis e seguras, otimizando recursos e garantindo a durabilidade da edificação, com a devida caracterização detalhada no Projeto Básico a ser aprovado pela Administração Pública.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 9.1. O parcelamento da solução proposta não é recomendável, sobretudo do ponto de vista técnico, jurídico e operacional. A execução integrada de projetos e obra, por meio de um único contrato, permite à Administração Pública manter maior controle sobre o cronograma, a qualidade e os custos, além de assegurar o cumprimento dos requisitos do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50. A centralização da responsabilidade em um único executor favorece o alinhamento das etapas e evita conflitos entre diferentes contratados.
- 9.2. A natureza do objeto – construção de unidades habitacionais com infraestrutura completa – exige **sincronização entre as fases de elaboração de projetos, obtenção de licenças, execução da obra e regularização documental**, tornando a divisão de escopo tecnicamente inviável. O fracionamento das atividades comprometeria a compatibilidade entre projetos, geraria retrabalhos e atrasos e dificultaria a fiscalização da obra pela Administração.
- 9.3. Sob o aspecto econômico, o parcelamento também se mostra desvantajoso. A contratação integral permite **ganhos de escala**, diluição dos custos

indiretos e maior poder de negociação por parte da contratada. A fragmentação do objeto, por outro lado, tenderia a elevar os custos totais da obra, dificultar a composição de preços e gerar risco de sobreposição de encargos administrativos e logísticos.

- 9.4. Além disso, a divisão da contratação comprometeria a **responsabilidade técnica única**, exigida tanto pela legislação de regência (Lei nº 14.133/2021) quanto pelas normas dos conselhos profissionais (CREA/CAU), e poderia configurar **fracionamento indevido do objeto**, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento público.
- 9.5. Portanto, diante da complexidade, interdependência e características do objeto, **recomenda-se expressamente a não realização de parcelamento da contratação**, garantindo maior controle, eficiência na execução, economicidade e conformidade legal por parte da Administração Municipal.

10. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA DE ENGENHARIA

- 10.1. O objeto da presente contratação — construção de unidades habitacionais com infraestrutura completa — é caracterizado como obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de um conjunto de atividades técnicas privativas das profissões de arquiteto e engenheiro, que envolvem tanto a elaboração de projetos quanto a execução física da edificação em área urbana.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 11.1. A necessidade de contratar a elaboração dos projetos e a execução de obras para construção de unidades habitacionais no município de Chapada dos Guimarães – MT constitui uma ação estratégica voltada à promoção da dignidade humana, redução do déficit habitacional e combate à vulnerabilidade social. A execução do objeto proposto permitirá o acesso à moradia regular, segura e dotada de infraestrutura adequada, promovendo melhorias significativas na qualidade de vida das famílias beneficiadas.

- 11.2. A presente contratação viabilizará a entrega de unidades habitacionais construídas segundo os padrões técnicos exigidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, com infraestrutura completa, documentação regularizada e inserção urbana planejada, contribuindo diretamente para a valorização imobiliária, o ordenamento do território municipal e a mitigação de ocupações irregulares.
- 11.3. Como resultado direto, espera-se o fomento à economia local, com a geração de emprego e renda durante o período de execução da obra, além de impactos indiretos positivos no comércio, nos serviços e no setor da construção civil do município, refletindo-se no desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Realizada a produção do projeto básico/executivo, elaborada pela Secretaria, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certame para contratação de empresa para execução da obra.
- 11.4. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente os requisitos técnicos e legais estabelecidos no Edital de Licitação, no Projeto Básico, no Projeto Executivo e neste Estudo Técnico Preliminar, observando as boas práticas de engenharia, os padrões de qualidade definidos e os prazos estipulados.
- 11.5. A efetivação da contratação representará um avanço significativo nas políticas públicas de habitação de interesse social do município, sendo a produção do Projeto Básico/Executivo pela contratada a etapa inicial que subsidiará a execução plena da obra. Com isso, o Município de Chapada dos Guimarães dará um passo importante no enfrentamento das desigualdades habitacionais e na consolidação de um espaço urbano mais justo, acessível e integrado.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 12.1. Visando a correta instrução e execução do processo licitatório, bem como a conformidade com a legislação vigente, a Administração deverá observar e executar, minimamente, as seguintes providências prévias à contratação:

- 12.2. Elaboração de relatório técnico circunstanciado, contendo a descrição da necessidade, a justificativa da escolha da solução e a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, nos termos do §5º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021;
 - 12.3. Definição do programa de necessidades, com a delimitação clara das diretrizes para os projetos e a obra, incluindo os critérios mínimos de desempenho, qualidade, segurança e sustentabilidade;
 - 12.4. Estruturação do anteprojeto, que servirá de base para o desenvolvimento dos projetos básico e executivo por parte da empresa contratada, devendo conter elementos suficientes para permitir a caracterização do objeto da contratação;
 - 12.5. Elaboração e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, contendo os elementos técnicos, legais e econômicos necessários para subsidiar a tomada de decisão e instruir a fase preparatória da licitação, conforme inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021;
 - 12.6. Aprovação técnica e administrativa do conteúdo do Estudo Técnico Preliminar, do anteprojeto e do programa de necessidades pela autoridade competente;
 - 12.7. Elaboração da minuta do edital de licitação e dos anexos obrigatórios, incluindo cláusulas contratuais, critérios de julgamento, regime de execução e forma de remuneração;
 - 12.8. Inclusão de parecer jurídico que ateste a regularidade do processo, em especial quanto à legalidade da contratação integrada e da adoção do regime.
- Para o regular processamento da licitação e gestão contratual caberá à CONTRATANTE:
- 12.9. Fornecer à contratada todas as informações técnicas disponíveis, por meio do anteprojeto e demais documentos integrantes do edital;
 - 12.10. Exigir o cumprimento rigoroso de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme previsto no contrato, nos projetos apresentados e nas normas técnicas aplicáveis;

- 12.11. Designar formalmente servidor ou comissão de fiscalização, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 12.12. Notificar a contratada por escrito, em caso de ocorrência de qualquer irregularidade, omissão ou desconformidade com as obrigações pactuadas, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- 12.13. 12.13. No âmbito do procedimento licitatório, a Administração e os licitantes deverão observar fielmente os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente:
- a) A empresa vencedora deverá executar integralmente o objeto nos termos da proposta e conforme as exigências do edital;
 - b) Deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer o andamento da obra;
 - c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A contratação será realizada por meio de **procedimento licitatório na modalidade Concorrência**, nos termos do **inciso II do art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de obra de engenharia de grande vulto, com valor estimado superior ao limite legal e natureza técnica complexa.

A forma de execução será **contratação integrada**, conforme previsão expressa no **art. 46 da Lei nº 14.133/2021**, sendo a empresa contratada responsável por todas as etapas da obra, desde a elaboração dos projetos básico e executivo até a entrega final da construção com a devida regularização legal.

Esta modalidade assegura maior competitividade, transparência, economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo integralmente os princípios estabelecidos no art. 5º da referida Lei.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação integrada, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação de sanções administrativas, garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto no Decreto Municipal nº 011/2024, nos termos do edital de licitação e do contrato administrativo, e em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.2. Conforme estabelecido no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades administrativas: *Dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;*
 - II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
 - III. Dar causa à inexecução total do contrato;*
 - IV. Deixar de apresentar a documentação exigida no processo licitatório;*
 - V. Não manter a proposta apresentada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;*
 - VI. Recusar-se a celebrar o contrato ou a entregar a documentação necessária à formalização contratual dentro do prazo de validade da proposta;*
 - VII. Atrasar a execução ou a entrega do objeto da contratação sem justificativa aceita pela Administração;*
 - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa no processo licitatório ou durante a execução do contrato;*
 - IX. Fraudar o processo licitatório ou praticar ato fraudulento na execução contratual;*
 - X. Comportar-se de forma inidônea ou praticar qualquer tipo de fraude que comprometa a idoneidade da licitação ou da execução da obra;*
 - XI. Praticar atos ilícitos com a finalidade de frustrar os objetivos da licitação; Setor Administrativo*

*XII. Cometer ato lesivo contra a
Administração Pública, nos termos do art. 5º
da **Lei nº 12.846/2013** (Lei Anticorrupção).*

Chapada dos Guimarães, 16 de outubro de 2025.

OSMAR FRONER DE MELLO
Prefeito Municipal